Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)

Departamento de Gestão de Políticas Públicas

MARIA EDUARDA SILVA CHACON

A contribuição de instituições financeiras em políticas públicas: o caso da participação do Banco Regional de Brasília (BRB) na implementação da política de Educador Social Voluntário (ESV) no Distrito Federal

Brasília – DF

2025

MARIA EDUARDA SILVA CHACON

A contribuição de instituições financeiras em políticas públicas: o caso da participação do Banco Regional de Brasília (BRB) na implementação da política de Educador Social Voluntário (ESV) no Distrito Federal

Monografia apresentada ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Dr.ª Sheila Cristina Tolentino Barbosa

Brasília – DF

2025

MARIA EDUARDA SILVA CHACON

A contribuição de instituições financeiras em políticas públicas: o caso da participação do Banco Regional de Brasília (BRB) na implementação da política de Educador Social Voluntário (ESV) no Distrito Federal

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

MARIA EDUARDA SILVA CHACON

Profa. Dr.ª Sheila Cristina Tolentino Barbosa

Orientadora

Profa. Dr.ª Christiana Soares de Freitas

Examinadora

Brasília, 1 de dezembro de 2025

Dedico este trabalho à minha tia Naná (tia Renata) pelo apoio incondicional, desde o início, pela comemoração vibrante da minha aprovação e por estar presente em cada etapa da minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Com muito carinho, agradeço aos meus avós por estarem ao meu lado em cada etapa.

À minha tia Dany pelas idas ao metrô para que eu voltasse para casa em segurança.

À minha prima, Paloma Mendes, por toda a paciência e por me ajudar com tantas dúvidas ao longo da graduação, sendo um amparo acadêmico e emocional.

Aos meus irmãos, Giovanna, Giordanna e José Neto, por me inspirarem diariamente com alegria, apoio e presença. Eles me lembram que minha conquista é deles também.

E um agradecimento mais que especial à minha orientadora, Dr.ª Sheila Cristina Tolentino Barbosa, por ter acreditado em meu projeto e me escolhido como orientanda. Sua escuta atenta e seu olhar crítico foram fundamentais para que o projeto ganhasse forma e significado. Obrigada por apenas não orientar uma monografia, mas cultivar em mim o desejo de ser uma profissional atenta e competente com as políticas públicas.

“Você pode sonhar, criar, desenhar e construir o lugar mais maravilhoso do mundo. Mas é necessário pessoas para transformar em realidade.”

(Walt Disney)

RESUMO

Esta pesquisa analisa a contribuição de instituições financeiras públicas na execução de políticas públicas com foco na política do Educador Social Voluntário (ESV), um programa social de escolas públicas para a promoção de um ambiente escolar mais inclusivo. Nesse sentido, o estudo visa entender como a política do ESV se interliga com a instituição financeira Banco de Brasília (BRB). Com base no referencial teórico que envolve autores como Lotta (implementação de políticas públicas), Ollaik (instrumentos de política), Mishkin (instituições financeiras) e Kotler e Lee (responsabilidade social corporativa), adotou-se uma metodologia qualitativa, incluindo a observação participante realizada durante a residência técnica no BRB e entrevistas semiestruturadas com gestores de áreas internas do banco. Os resultados revelam que o BRB atua predominantemente como agente pagador, garantindo eficiência e segurança nos repasses financeiros. No entanto, há limitações significativas quanto à sua participação na implementação da política. Ainda assim, os dados levantados indicam que o banco dispõe de capacidade técnica, interesse e potencial institucional para assumir um papel mais ativo nas políticas públicas.
Palavras-chave: Banco de Brasília (BRB); políticas públicas; Educador Social Voluntário (ESV); implementação; responsabilidade social; execução orçamentária; instituição financeira pública.

ABSTRACT

This analysis covers the contribution of public institutions in the field of public policies, often associated with budget execution, where they take on relevant roles in implementing public spending. The study seeks to understand how the Social Volunteer Educator (ESV) Policy — a social program aimed at supporting public schools and promoting a more inclusive school environment — is interconnected with a financial institution. As described in the theoretical framework, the study draws on the contributions of Gabriela Lotta (public policy implementation), Leila Ollaik (policy instruments), Mishkin (financial institutions), and Kotler and Lee (corporate social responsibility), among other authors who discuss the role of the public financial sector in social development. The methodology used was qualitative, including participant observation during the technical residency at Banco Regional de Brasília (BRB) and semi-structured interviews with managers from internal departments of BRB. The results reveal that BRB predominantly acts as a paying agent, ensuring efficiency and security in fund transfers. However, there are significant limitations regarding its participation in the implementation of the policy. Nevertheless, both the collected data and the managers' statements indicate the bank's potential and interest in assuming a more active role in the policy.
Keywords: Banco de Brasília (BRB), public policies, Social Volunteer Educator, implementation, social responsibility, budget execution, public financial institution.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quatro dimensões centrais para Ollaik 16
Tabela 2 – Indicadores para análise da contribuição do BRB na política de Educador Voluntário 32

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Relação dos programas assistencializados pelo BRB 25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRB	Banco Regional de Brasília
ESV	Educador Social Voluntário
GEPOG	Gerência de Projetos do Governo
Inf.	Influência
Inst.	Instituição Financeira
Inst. Fin. Pub.	Instituições Financeiras Públicas
Imp.	Implementação
Pol. Soc.	Política Social
Reg.	Regularidade
SUGOV	Superintendência de Projetos de Governo
Vol.	Voluntariado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

1.1 Contextualização do tema 11

1.2 Delimitação da política e da organização e público-alvo 13

1.3 Público beneficiário 13

1.4 Pergunta de pesquisa 13

1.5 Objetivos 14

1.5.1 Objetivo geral 14

1.5.2 Objetivos específicos 14

1.6 Justificativa 14

2 REFERENCIAL TEÓRICO 15

2.1 Implementação de políticas públicas 15

2.2 Instituições financeiras 17

2.2.1 Instituições financeiras de cunho público 19

2.3 Políticas sociais 20

2.3.1 Voluntariado 22

3 METODOLOGIA 23

3.1 Observação participante 23

3.2 Entrevistas 23

4 ANÁLISE DE DADOS 25

4.1 Diário de campo 25

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 28

REFERÊNCIAS 29

APÊNDICE A – INDICADORES DA CONTRIBUIÇÃO DO BRB NA POLÍTICA ESV .. 32

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 33

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema

A inclusão social e a educação especial são pilares fundamentais das políticas públicas brasileiras, orientadas pela promoção de direitos e pela redução de desigualdades estruturais que impactam crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. No campo educacional, o art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que o acesso à educação é um direito universal:

> A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

Isso significa que estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades devem ter acesso a um ensino inclusivo e adaptado, que respeite suas particularidades e promova seu pleno desenvolvimento. Nessa perspectiva, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) reforça que políticas públicas eficazes exigem diálogo permanente entre educação, saúde e assistência social, especialmente quando se trata de atender pessoas em vulnerabilidade. Dentro desse esforço conjunto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, destaca que nenhuma barreira — seja institucional, pedagógica ou social — possa limitar o direito básico à aprendizagem.

Nesse contexto, iniciativas de apoio direto a esses estudantes vêm ganhando ainda mais relevância, entre elas o programa de Educador Social Voluntário (ESV). Esse programa tem como finalidade oferecer suporte educacional a estudantes que necessitam de uma abordagem complementar no ambiente escolar. Embora suas raízes possam ser associadas ao movimento da educação popular e às propostas de Paulo Freire a partir da década de 1970, o termo e a regulação formal do “Educador Social Voluntário” são recentes no ordenamento jurídico, com tramitação legislativa iniciada no Congresso Nacional a partir de 2009 (PL 2941/2019).

Hoje, diversos municípios brasileiros contam com programas semelhantes ao Educador Social Voluntário, reconhecendo a importância do apoio humano para a permanência e o desenvolvimento escolar de estudantes em situação de fragilidade social. No Distrito Federal, por exemplo, os educadores sociais atuam em parceria com professores e equipes pedagógicas,

auxiliando na adaptação de materiais, na mediação de conflitos e na promoção de uma convivência escolar mais justa e acolhedora. Ainda que voluntária, essa função exige formação adequada (ter mais de18 anos, experiência com crianças e ensino médio completo), por isso boas práticas incluem a oferta de formação inicial e continuada dos educadores, com capacitações que abordem temas como inclusão, neurodiversidade, práticas pedagógicas adaptativas, Libras, entre outros. Também, é fundamental que haja um sistema de acompanhamento e avaliação periódica, tanto do impacto da atuação do voluntário quanto do progresso dos alunos beneficiados.

A implementação desse tipo de política não depende apenas dos órgãos diretamente ligados ao sistema educacional, podendo envolver a atuação de entidades da administração pública indireta. O Governo permite que órgãos e instituições vinculadas ao poder público atuem de maneira complementar à administração direta, em aspectos operacionais que exigem agilidade, especialização técnica ou estrutura própria. Em 2023, por exemplo, a execução do programa de Educador Social Voluntário no Distrito Federal contou com a participação de uma instituição financeira pública estadual, o Banco de Brasília (BRB), vinculada à administração indireta, que assumiu responsabilidades operacionais ligadas à gestão dos recursos destinados aos voluntários. Essa atuação financeira se deu em três frentes principais: (1) abertura de contas bancárias para os voluntários (conta corrente ou poupança como requisito para a formalização do vínculo e firmada pelo Termo de Adesão e Compromisso); (2) execução dos repasses mensais (ressarcimento de despesas com transporte e alimentação, respeitando o calendário da Secretaria de Educação do DF); e (3) apoio aos processos de prestação de contas com a emissão de extratos e documentos comprobatórios (prestação exigida pelas Coordenações Regionais de Ensino).

Esse arranjo evidencia como políticas sociais dependem de articulações intersetoriais: estruturas educacionais, sociais e econômicas precisam funcionar de forma alinhada para que o serviço chegue a quem realmente importa. E, embora a execução dessas ações seja de responsabilidade principal do setor público, instituições econômicas também podem desempenhar um papel fundamental no fortalecimento dessas políticas ao apoiar, financiar ou operacionalizar programas sociais e, assim, contribuir para uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com os Direitos Humanos.

1.2 Delimitação da política e da organização

A política de ESV foi implementada no Distrito Federal com o objetivo de promover a inclusão social e educacional de estudantes com deficiência ou necessidade específica de apoio. Os educadores voluntários atuam diretamente nas escolas públicas como agentes de apoio pedagógico, prestando suporte complementar às atividades convencionais.

Do ponto de vista institucional, a política é realizada por meio de convênio firmado entre a Secretaria de Educação e o Banco de Brasília (BRB). A Secretaria detém a responsabilidade pela parte pedagógica (seleção dos voluntários, encaminhamento às escolas, orientação e supervisão), enquanto o BRB realiza a função de gestão financeira (repasses mensais aos 7.300 voluntários, regularidade nos pagamentos e segurança no fluxo de recursos). Ou seja, o BRB desempenha um papel de suporte técnico-financeiro.

1.3 Público beneficiário

O público-alvo inclui estudantes da educação básica (da pré-escola ao ensino médio) que enfrentam dificuldades para acompanhar, de forma autônoma, as atividades escolares. Uma vez identificada a necessidade de apoio complementar dos estudantes, por meio de laudos, avaliações pedagógicas e encaminhamentos, a Secretaria de Educação abre processos de inscrição e seleção de voluntários, que devem atender aos requisitos mínimos estabelecidos em portarias específicas. Os educadores sociais voluntários passam a atuar diretamente com esses estudantes, oferecendo suporte pedagógico e auxiliando na adaptação das atividades escolares, de acordo com as necessidades individuais de cada caso.

O objetivo principal dessa política é garantir a permanência, a participação e o desenvolvimento desses alunos, fortalecendo a educação inclusiva, conforme previsto na legislação brasileira e nas diretrizes da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

1.4 Pergunta de pesquisa

A partir desse cenário, este trabalho busca responder à seguinte questão central: de que forma o Banco de Brasília (BRB) contribui para a implementação da política de Educador Social Voluntário (ESV) no Distrito Federal?

1.5 Objetivos

Com o intuito de responder à pergunta de pesquisa, foram definidos um objetivo geral e três objetivos específicos. Esses objetivos delimitam a análise da atuação do BRB na implementação da política de ESV, permitindo uma compreensão sistemática do papel desempenhado pela instituição financeira no contexto dessa política pública.

1.5.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é descrever a atuação do BRB na implementação da política de ESV no Distrito Federal.

1.5.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

1. Identificar as ações e as iniciativas do BRB voltadas ao apoio e ao fomento do programa de ESVs.

2. Descrever a influência dessas ações na formação dos ESVs e no desenvolvimento de suas atividades.

3. Identificar a percepção de gestores, educadores e beneficiários sobre o papel do BRB na implementação da política.

1.6 Justificativa

Este estudo se justifica pela necessidade de compreender como instituições públicas do setor econômico podem contribuir para a efetividade das políticas sociais, especialmente aquelas dedicadas à educação inclusiva. Ao analisar a experiência do BRB, é possível identificar boas práticas, limitações e oportunidades de melhoria na articulação entre setores educacionais e financeiros do estado. Ademais, a pesquisa fornece evidências para ampliar o debate sobre a cooperação entre esses setores e reforça o potencial de instituições financeiras na promoção da inclusão social e educacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda os principais temas relacionados à pesquisa, destacando o papel das instituições financeiras nas políticas públicas voltadas à inclusão social e formação cidadã. O objetivo é analisar, por meio da revisão de literatura e dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas, como essas instituições contribuem para a educação social e a melhoria das condições de vida de populações em situação de vulnerabilidade, especialmente no Distrito Federal.

2.1 Implementação de políticas públicas

A implementação de políticas públicas tem se consolidado como um campo essencial para compreender o funcionamento do Estado e suas decisões. Lotta (2019) chama a atenção para um ponto importante: mesmo com a ampliação da discussão tanto no Brasil como em outros países, muitas pesquisas tratam a "implementação" como apenas mais uma etapa do processo. Essa leitura simplificada acarreta prejuízos: quando se vê a implementação apenas como a "execução", acaba-se ignorando a complexidade que existe entre o planejamento e o impacto real na vida das pessoas. A implementação é, na verdade, o momento estratégico em que as decisões políticas ganham forma concreta e começam a ser colocadas em prática, podendo ser bem-sucedida ou fracassar e, assim, influenciar diretamente a sociedade.

Nessa mesma direção, Souza (2006) propõe que as políticas públicas passem por um ciclo de quatro etapas principais: formação da agenda, formulação, implementação e avaliação. Esse tipo de modelo ajuda a organizar o processo e a entender como as decisões públicas se estruturam. Na primeira fase (a formação da agenda), pauta-se o que será prioridade de ação para o Governo. Essa escolha pode ser influenciada por fatores como interesses políticos, pressão social e até pela mídia (Capella, 2006). Na segunda fase (formulação), definem-se as estratégias para o enfrentamento do problema, o que exige negociação entre diferentes atores e, consequentemente, disputas de interesse. Já a etapa da implementação, foco deste trabalho, refere-se à fase em que as decisões políticas são transformadas em ações práticas.

Mazmanian e Sabatier (1983) apontam que a implementação bem-sucedida depende de fatores como a clareza dos objetivos, a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis e a quantidade de pessoas responsáveis pela execução. Outros autores, como Elmore (1979) e Berman (1978), lembram que a implementação dificilmente acontece de forma linear: o que foi planejado

a nível nacional pode encontrar obstáculos quando se chega aos estados, municípios ou instituições locais, já que cada território possui dinâmica específica, limitações e capacidades. Logo, é papel dos gestores e das organizações adaptar e reinterpretar a política seguindo as realidades distintas, porque o êxito de uma política também está diretamente relacionado do contexto de sua implementação.

Para entender melhor essa fase, é importante analisar como o Estado realmente age para colocar as políticas em prática — e é justamente aí que entra a contribuição da especialista em políticas públicas e gestão governamental, Leila Ollaik. Em seu estudo sobre instrumentos de implementação de políticas públicas, Spínola e Ollaik (2019) propõem que o foco não seja apenas nos agentes que realizam a implementação, mas também nos instrumentos escolhidos pelo Governo para operacionalizá-la. Esses instrumentos variam conforme o objetivo, a estrutura administrativa e o contexto político e têm impacto direto sobre os resultados da política. A autora propõe uma tipologia organizada em quatro dimensões centrais que ajudam a compreender como o Estado escolhe e combina diferentes formas de ação. A Tabela 1 a seguir apresenta esses instrumentos conforme suas características predominantes.

Tabela 1 – Quatro dimensões centrais de implementação de políticas públicas

Dimensão	**Categoria** 1	**Categoria 2**
Forma de gestão	Direta (exceção pelo Estado)	Indireta (convênios, concessões e contratos)
Tipo de incentivo	Econômico (repasses e transferências)	Não econômico (campanhas)
Relação institucional	Governo centralizado	Governança de rede (ONGs, bancos e empresas)
Padrão normativo	Formal e rígido	Flexível e negociado

Fonte: Adaptado de Spínola e Ollaik (2019).

Com base nessa classificação, é possível observar que, ao incluir o BRB como parceiro, a política de ESV no Distrito Federal mobiliza um instrumento de implementação indireto, com forte incentivo econômico. Dessa parceria entre o Governo do Distrito Federal e o BRB, cabe ao banco operacionalizar os repasses financeiros definidos por um convênio firmado com a Secretaria de Educação. Esse tipo de arranjo o coloca dentro de uma estrutura operacional em que, embora eficiente, possui margem baixa de flexibilidade para ações estratégicas. Como destaca Lotta

(2019), instrumentos assim tendem a limitar a inovação — não porque falhem, mas porque são estruturados para garantir estabilidade, segurança jurídica e padronização.

2.2 Instituições financeiras

As instituições financeiras desempenham um papel essencial na economia, auxiliando a equilibrar a oferta e a demanda por crédito, além de garantir que os recursos sejam direcionados de maneira eficiente. De acordo com Mishkin (2019), bancos e outras entidades financeiras reduzem as assimetrias de informação no mercado, ou seja, diminuem a falta de transparência entre quem busca crédito e quem oferece financiamento. Isso contribui para uma melhor alocação dos recursos e traz mais estabilidade ao sistema econômico.

Diamond e Dybvig (1983) reforçam essa ideia ao destacar que os bancos são fundamentais para minimizar riscos de liquidez. Graças ao sistema bancário, os indivíduos podem depositar seu dinheiro com segurança, enquanto os bancos utilizam esses recursos para disponibilizar crédito para quem precisa. Sem essa intermediação, o sistema econômico ficaria muito mais vulnerável a crises financeiras e a impactos externos, dificultando o crescimento sustentável.

Outro tema amplamente estudado na economia é a Hipótese dos Mercados Eficientes (HME), proposta por Fama (1970). Essa teoria sugere que os preços dos ativos refletem todas as informações disponíveis, o que significa que, na teoria, é muito difícil obter ganhos acima da média de forma consistente. Essa lógica destaca o papel essencial das instituições financeiras na organização do mercado, ajudando a disseminar informações e a garantir que os preços dos ativos sejam definidos de maneira justa e coerentes com a realidade econômica.

Além de promover a estabilidade e a eficiência dos mercados, o setor financeiro também impulsiona o crescimento econômico. Levine (1997) aponta que países com mercados financeiros mais desenvolvidos tendem a crescer mais rapidamente. Isso acontece porque as instituições financeiras facilitam o acesso ao crédito, incentivam investimentos produtivos e estimulam a inovação.

King e Levine (1993) reforçam essa visão ao demonstrar, por meio de um estudo empírico, que um sistema bancário sólido está diretamente relacionado ao aumento do PIB *per capita*, ou seja, quanto mais eficiente for o setor financeiro, maior tende a ser o desenvolvimento econômico de um país.

Dada a importância do setor financeiro, a regulação desse mercado se torna fundamental para evitar crises de grandes proporções. Allen e Gale (2000) explicam que falhas no sistema bancário podem desencadear crises financeiras severas, como a de 2008. Para mitigar esses riscos, normas como exigência de capital mínimo, supervisão regulatória e transparência nas operações funcionam como mecanismos de proteção.

Outro ponto crítico é o risco sistêmico que ocorre quando uma crise em uma instituição financeira se espalha rapidamente por todo o mercado. Brunnermeier (2009) e Oehmke alertam que, devido à forte interconectividade entre os bancos e os demais agentes financeiros, qualquer choque pode se propagar e comprometer toda a economia. Por isso, medidas regulatórias eficazes são essenciais para conter os impactos negativos em larga escala.

No geral, as instituições financeiras exercem uma função indispensável na economia, conectando investidores, empresas e consumidores, tornando os mercados mais eficientes e contribuindo para o crescimento econômico. No entanto, sua atuação precisa ser acompanhada de regulamentações sólidas para garantir a estabilidade do sistema e evitar crises. A literatura econômica fornece ampla evidência sobre esses aspectos, ressaltando que um setor financeiro bem estruturado e supervisionado é um dos pilares do desenvolvimento sustentável.

Recentemente, a atuação das instituições financeiras públicas na promoção e no fortalecimento de políticas sociais e educacionais ganhou destaque no panorama internacional. Em maio de 2025, diversas instituições ao redor do mundo se reuniram na conferência *LIDE Brazil Investment Forum*, que ocorreu nas dependências do Harvard Club, em Nova York.

No decorrer do evento, o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, enfatizou a importância dos bancos públicos dentro da nova dinâmica do comércio internacional. Ele argumentou que essas entidades devem ir além de sua função tradicional como meras intermediárias financeiras, adotando uma postura proativa na promoção do desenvolvimento regional, da sustentabilidade e da inclusão social.

Essa abordagem estratégica, exposta em um dos mais destacados fóruns de diplomacia econômica e com investimento internacional dedicado ao Brasil, fortalece a consonância do BRB com as pautas globais de responsabilidade social, simbolizando um movimento de transformação institucional. Ao apoiar projetos de voluntariado e ações voltadas à inclusão social, como o projeto de Educador Social Voluntário no Distrito Federal, o banco opera como um agente fundamental na conexão entre o setor financeiro e o progresso social. Isso se relaciona diretamente com as

concepções de responsabilidade social empresarial e com a noção de valor estratégico de bancos públicos enquanto agentes promotores da equidade — abordagens defendidas por estudiosos como Carroll (1991) e Kotler e Lee (2005).

2.2.1 Instituições financeiras de cunho público

As instituições e/ou entidades financeiras públicas desempenham uma função que vai além de concessão de crédito ou do gerenciamento de contas bancárias. Elas também atuam como instrumentos estratégicos do Estado para colocar em prática políticas sociais e educacionais. Em muitos casos, esses bancos públicos ajudam o Governo a levar serviços básicos à população, especialmente em lugares onde o setor privado não chega com facilidade. Isso inclui, por exemplo, o apoio a projetos de educação, ações de inclusão social e até programas de voluntariado (Levine, 1997; Carroll, 1991).

Pesquisas indicam que instituições desse tipo podem ajudar a distribuir melhor os recursos, diminuir desigualdades e até estimular o crescimento econômico de forma mais equilibrada. King e Levine (1993) demonstram que sistemas financeiros bem estruturados estão fortemente associados ao crescimento econômico. Essas instituições oferecem esse suporte que facilita o acesso ao crédito, o financiamento de políticas governamentais e apoia ações que promovem o bem-estar coletivo (Kotler e Lee, 2005).

Ao se envolverem diretamente na execução de políticas públicas, tais entidades ajudam o Governo a colocar as políticas em prática com mais rapidez e organização. Mishkin (2019) destaca que as instituições financeiras também reduzem as assimetrias de informação, favorecendo uma alocação eficiente dos recursos.

Outro ponto importante é que essas instituições, por estarem conectadas ao setor público, costumam seguir regras que exigem mais responsabilidade social. Assim, sua atuação vai além do lucro, considerando também os impactos que causam nas pessoas e na sociedade. Carroll (1991) afirma que o compromisso social deve ser parte essencial da atuação de organizações públicas, especialmente quando se trata de atender às necessidades das comunidades mais vulneráveis.

Nos últimos anos, esse tipo de compromisso tem ganhado ainda mais destaque com muitas instituições se posicionando como parceiros estratégicos no combate às desigualdades e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Kotler e Lee, 2005). Esse movimento

evidencia o potencial dos bancos como agentes de desenvolvimento e como suportes institucionais essenciais para políticas sociais de longo prazo.

2.3 Políticas sociais

As políticas sociais são fundamentais para garantir bem-estar da população, reduzir desigualdades e assegurar direitos básicos, como saúde, educação, moradia e assistência social. Elas são construídas a partir de ações organizadas tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil, criando uma rede de proteção que busca atender às necessidades da população (Marshall, 2010). No entanto, a forma como essas políticas são implementadas depende do modelo de proteção social adotado por cada país.

Esping-Andersen (1990) classifica os regimes de bem-estar social em três grandes categorias. No modelo liberal, a intervenção do Estado é reduzida, e o mercado, juntamente com organizações privadas, assume um papel central na oferta de serviços sociais. No modelo conservador, os benefícios sociais estão atrelados à contribuição dos trabalhadores, funcionando como um sistema previdenciário. Já o modelo social-democrata se caracteriza pela forte presença do Estado, garantindo acesso universal e amplo a serviços sociais. Independentemente do modelo adotado, a eficácia das políticas sociais depende da atuação conjunta entre diferentes setores da sociedade.

Nesse sentido, o voluntariado surge como um elemento essencial para ampliar o alcance das ações governamentais e fortalecer o engajamento comunitário. De acordo com Salamon e Anheier (1999), o terceiro setor — composto por ONGs, associações e iniciativas voluntárias — tem crescido significativamente em todo o mundo, desempenhando um papel crucial ao complementar os serviços públicos e trazer inovação para a assistência social.

O voluntariado pode contribuir de diversas formas para as políticas sociais, seja no atendimento direto a pessoas em situação de vulnerabilidade, na realização de campanhas de conscientização ou até mesmo na capacitação profissional de indivíduos que buscam melhores oportunidades no mercado de trabalho. Além disso, Putnam (2000) acrescenta que o envolvimento em atividades voluntárias fortalece os laços sociais e a confiança entre os cidadãos, promovendo maior coesão comunitária.

Muitas vezes, o voluntariado preenche lacunas deixadas pelo setor público, especialmente em períodos de crise econômica ou de restrições orçamentárias. Wilkinson (2019) ressalta que,

nesses momentos, a participação ativa da sociedade civil pode ser determinante para a continuidade de programas assistenciais, evitando que grupos mais vulneráveis fiquem desamparados.

Além do voluntariado, o setor financeiro também tem um papel relevante na promoção das políticas sociais. Bancos e outras instituições podem contribuir por meio de linhas de crédito direcionadas, incentivos fiscais, doações e programas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Para Carroll (1991) a responsabilidade social empresarial deve abranger quatro dimensões: econômica, legal, ética e filantrópica, sendo esta última diretamente relacionada ao apoio a iniciativas sociais e ao incentivo ao voluntariado.

Uma das principais maneiras pelas quais o setor bancário contribui para o desenvolvimento social é por meio do financiamento de projetos voltados à inclusão e ao empreendedorismo. Yunus (2000) destaca o microcrédito como uma ferramenta poderosa para promover a inclusão social, oferecendo acesso ao capital para pequenos empreendedores e pessoas de baixa renda. Um exemplo bem-sucedido desse modelo é o Grameen Bank, fundado por Yunus, que revolucionou o setor ao fornecer crédito a quem tradicionalmente não teria acesso aos bancos convencionais.

Além do microcrédito, os bancos também investem em educação financeira, ajudando a reduzir a vulnerabilidade econômica de diversas comunidades. Conforme apontado por Lusardi e Mitchell (2014), quando as pessoas têm maior conhecimento sobre finanças, orçamento e investimentos, conseguem tomar decisões mais conscientes e melhorar a qualidade de vida.

Outro caminho adotado pelas instituições financeiras é o incentivo ao voluntariado corporativo, ou seja, programas que estimulam os próprios funcionários a se envolverem em ações sociais. Essas iniciativas não apenas fortalecem a cultura de responsabilidade social dentro das empresas, mas também geram impactos positivos na comunidade (Kotler e Lee, 2005).

Em suma, as políticas sociais são indispensáveis para reduzir desigualdades e garantir uma vida digna à população. No entanto, para que essas iniciativas sejam eficazes, é essencial que o Estado, a sociedade civil e o setor privado atuem juntos. O voluntariado desempenha um papel crucial ao complementar as ações governamentais e fomentar o engajamento comunitário. Ao mesmo tempo, bancos e outras instituições financeiras podem contribuir significativamente, seja por meio de financiamento, microcrédito, educação financeira ou programas de responsabilidade social. Somente com essa colaboração ampla e coordenada será possível construir uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

2.3.1 Voluntariado

O voluntariado é uma parte fundamental das políticas sociais, funcionando como ponte entre o Estado e a sociedade na busca por soluções eficazes para a inclusão social. Ao dedicarem seu tempo e trabalho sem remuneração, os voluntários não apenas contribuem diretamente com ações que beneficiam comunidades, mas também fortalecem o sentimento de solidariedade, cooperação e pertencimento social.

Conforme destacado anteriormente, o voluntariado faz parte do chamado terceiro setor, formado por ONGs, associações e iniciativas civis que, ao lado do poder público, ampliam o alcance das políticas sociais e ajudam a suprir demandas que o Estado, sozinho, nem sempre consegue atender plenamente.

Em momentos de crise econômica ou de cortes em orçamentos públicos, a atuação de voluntários se torna ainda mais importante. Wilkinson (2019) reforça que, nesses períodos, o apoio da sociedade civil é muitas vezes o que mantém o funcionamento de programas essenciais de assistência social, evitando retrocessos em políticas essenciais.

Em suma, o voluntariado tem impactos positivos também sobre quem participa dessas ações: melhora a autoestima, amplia habilidades sociais e profissionais e proporciona um senso maior de propósito (Instituto Vida Brasil, 2023). Para os jovens, por exemplo, essa vivência pode ser um aprendizado para a vida, contribuindo para a formação da cidadania e para o engajamento futuro. Assim, o voluntariado não apenas complementa a atuação do Estado, mas também é parte ativa da construção de uma sociedade mais justa, solidária e participativa. Nesse sentido, Kotler e Lee (2005) defendem que iniciativas voluntárias reforçam a responsabilidade social.

3 METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender de que maneira o Banco de Brasília (BRB) contribui para a política de Educador Social Voluntário (ESV) no Distrito Federal. A escolha desse método se fundamenta em Minayo (1994), que destaca que a pesquisa qualitativa possui caráter exploratório e maior capacidade de apreender a complexidade presente nas políticas sociais, especialmente aquelas voltadas à redução de desigualdades.

Para alcançar esse objetivo, foi desenvolvida uma estratégia metodológica combinando diferentes técnicas de pesquisa, possibilitando uma análise mais densa e multidimensional do fenômeno em questão. Foram utilizados os seguintes métodos: observação participante, entrevistas semiestruturadas e diário de campo.

3.1 Observação participante

A observação participante foi realizada ao longo da residência do curso de Políticas Públicas, durante as atividades realizadas no BRB, especialmente nas unidades vinculadas à Superintendência de Projetos do Governo (SUGOV) e à Gerência de Projetos Governamentais (GEPOG).

As atividades administrativas foram acompanhadas brevemente, observando as rotinas da equipe técnica e o funcionamento dos fluxos operacionais relacionados à política de Educador Social Voluntário, tendo em vista que o BRB não atua mais como agente primário desde 2023, apenas como agente pagador.

As observações foram registradas de forma sistemática no diário de campo, com foco em: (i) dinâmicas de implementação, (ii) papel institucional do BRB e (iii) limitações percebidas em sua atuação como agente pagador.

3.2 Entrevistas

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas presencialmente com os representantes das áreas técnicas responsáveis pela política de responsabilidade social no âmbito da SUGOV e da GEPOG. Essa etapa buscou captar diferentes visões institucionais sobre o papel do BRB na política pública em questão.

Os entrevistados escolhidos são ambos da GEPOG:

Entrevistado 1: gerente de área da Gerência de Projetos do Governo e que, no momento da entrevista, exercia interinamente a função de superintendente em razão de ausência do titular. Ele forneceu uma visão mais abrangente sobre os projetos desenvolvidos pelo BRB.

Entrevistado 2: gerente de equipe da GEPOG, especialista na área, e descreveu de forma concisa de como ocorre o papel operacional do banco na política.

O roteiro das entrevistas foi elaborado com base no referencial teórico da pesquisa e dividido em blocos temáticos que abordam: (a) atribuições institucionais do banco; (b) desafios operacionais relacionados à função de agente pagador; (c) potencial estratégico do BRB em políticas públicas e; (d) percepções dos entrevistados sobre a importância social do programa.

4 ANÁLISE DE DADOS

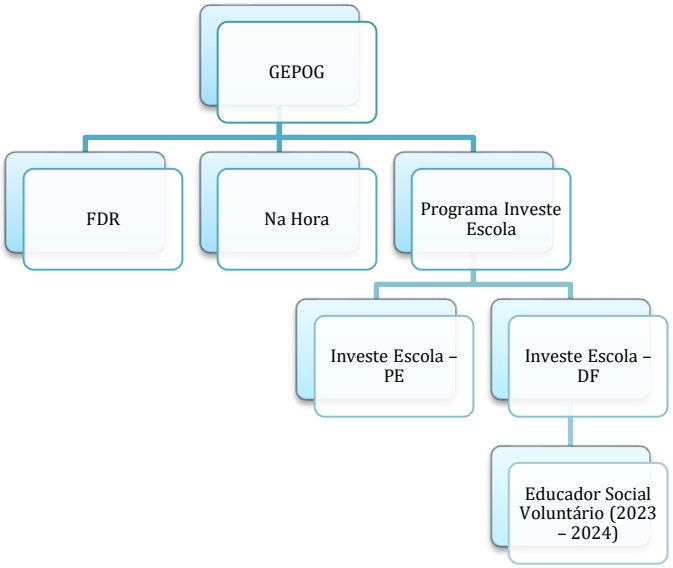
Nesta seção, são apresentados os resultados obtidos a partir dos registros de campo, das entrevistas concedidas pelos especialistas da área e do acompanhamento das atividades relacionadas à política analisada.

4.1 Diário de campo

A residência realizada na Superintendência de Projetos de Governo (SUGOV) permitiu analisar de forma aprofundada a atuação do Banco de Brasília (BRB) como um parceiro financeiro da política de Educador Social Voluntário (ESV). Ao longo de quatro etapas de imersão, foi possível observar tanto a participação limitada do BRB como o questionamento feito aos servidores sobre os limites institucionais, os desafios operacionais e o potencial de se introduzir o banco de forma mais ativa na política, e não apenas como agente pagador primário.

No primeiro contato, constatou-se que o BRB opera em dezenas de programas sociais do Governo do Distrito Federal (GDF), conforme demonstrado a seguir no Organograma 1. Esse número expressivo de participação indica um compromisso com a execução de repasses aos indivíduos favorecidos ao programa. No caso dos educadores sociais, estes recebem uma bolsa auxílio, mensalmente, como uma espécie de salário.

Organograma 1 – Relação dos programas assistencializados pelo BRB



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados.

A base dessa atuação é firmada por convênios e contratos com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, destacando não só o cumprimento rigoroso de fluxos operacionais, mas também um distanciamento das decisões estratégicas e avaliativas da política. Porém, mesmo eficiente o trabalho que o banco oferece, especialmente a GEPOG, observou-se que o impacto é muito limitado, impedindo a instituição de participar de discussões sobre os resultados sociais ou efeitos transformadores dessa política. Vale destacar que a instituição possui uma infraestrutura robusta e uma equipe técnica de 20 servidores capacitados para se envolver de uma maneira menos limitada, mas a entidade financeira age apenas como uma espécie de "mão" invisível na implementação da política supracitada.

Nos meses de imersão, ficou constatado que o BRB exerce a função de execução financeira, assegurando que colaboradores voluntários recebam o valor pelo dia de atuação. A política depende da regularidade financeira para existir — sem a atuação do banco, sua continuidade seria inviabilizada. Também, foi possível observar internamente como o repasse é realizado: a Secretaria de Educação envia os dados dos voluntários e por meio do site do EducaDF. Em seguida, o banco verifica as informações pessoais (nome, CPF, número de conta com 10 dígitos) e realiza o pagamento com elevado grau de responsabilidade e sigilo.

As entrevistas com servidores de áreas técnicas do banco (o superintendente substituto e o gerente da área, responsável pelos repasses) permitiram compreender como a atuação do banco se materializa nas rotinas de execução financeira da política. Um dos entrevistados sintetiza o entendimento institucional: "A gente tem condição de atuar de forma mais abrangente, pode até desenvolver algum tipo de solução conectada ao programa. Mas a gente não tem papel de execução da política pública" (Centro Empresarial CNC 4, entrevistado 2, 2025).

Essa afirmação evidencia uma percepção recorrente entre os servidores: existe uma disposição interna para ampliar o papel do banco, no entanto essa ampliação depende de conseguir a articulação entre o GDF e as decisões da alta gestão. Embora exista potencial, a instituição infelizmente não consegue exercer esse alinhamento entre setores e não conta com uma estrutura interna específica para políticas sociais. Além disso, não há uma estrutura interna formal dentro do banco que articule essas ideias, acompanhe ou proponha o acompanhamento como agente primário da política em questão. Isso impossibilita o poder do BRB de agir como verdadeiro parceiro estratégico na implementação da política.

Assim, diante do exposto e a partir da análise dos dados coletados, surgiram três caminhos possíveis para o fortalecimento institucional do banco:

I) Criação de uma Coordenação Interna de Políticas Sociais: essa unidade permitiria maior articulação entre áreas técnicas e institucionais, além de contribuir para que a atuação social do banco deixe de ser fragmentada e se torne estratégica, como comenta o entrevistado 2 ao dizer que: "O banco está sempre aberto a ouvir e avaliar medidas que a gente possa contribuir com essas melhorias" (Centro Empresarial CNC 4, entrevistado 2, 2025).

II) Implementação de indicadores e ferramentas de monitoramento de impacto: no momento em que se desenvolve esta análise crítica, o BRB não participa da avaliação de resultados das políticas que financia. Essa ausência enfraquece o ciclo de melhoria contínua e impede a valorização dos efeitos sociais do investimento público. Ter este olhar pode reposicionar o banco como referência em inovação social no setor bancário.

III) Estabelecimento de parceiras com universidades e organizações da sociedade civil: a colaboração e até um contrato de prestação de serviços com instituições acadêmicas pode apoiar, com embasamento técnico, a reformulação de programas e ampliar a compreensão sobre os impactos sociais da atuação do banco.

Por fim, os dados coletados ao longo da residência reforçam a ideia de que o BRB possui um potencial além do técnico. Para que esse potencial se realize, seria necessário investir não apenas em tecnologia e segurança, mas também em visão institucional a longo prazo, de forma que se entenda que políticas públicas não se reduzem a processos administrativos — são instrumentos de transformação social.

A residência permitiu não só conhecer a estrutura e os fluxos do BRB, mas também refletir sobre o papel que os bancos públicos podem — e devem — desempenhar em políticas sociais. O caso da política de Educador Social Voluntário é exemplar: mostra os limites da atuação técnica quando não acompanhada de uma postura estratégica, mas também aponta oportunidades reais de avanço.

Cabe agora ao BRB decidir se vai seguir sendo um operador eficiente ou se vai escolher ser protagonista de uma agenda pública voltada à equidade, à inclusão e ao desenvolvimento humano. A imersão em campo mostrou ser mais que uma experiência acadêmica, e sim uma aprendizagem sobre o real passo a passo das políticas públicas e, principalmente, sobre como o setor financeiro público pode ser um aliado muito mais ativo na construção de uma sociedade mais justa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste estudo foi entender de que maneira o Banco de Brasília (BRB), na qualidade de uma entidade financeira estatal, auxilia na execução da política do Educador Social Voluntário. A análise realizada possibilitou concluir que o BRB desempenha um papel fundamental na operação, atuando como um pagador que se responsabiliza pela transferência dos recursos financeiros voltados à implementação da política. Essa atuação garante a eficiência e a regularidade da gestão financeira, preservando a confiabilidade necessária às políticas sociais que dependem de repasses contínuos.

Contudo, observou-se que sua participação direta do banco permanece restrita, sem abranger diretamente a elaboração, o monitoramento ou o gerenciamento das ações. Apesar dessa limitação, as informações coletadas por meio das entrevistas e da observação de campo indicam que a instituição financeira tem capacidade para colaborar de forma mais abrangente, uma vez que conta com uma estrutura técnica e administrativa sólida, reconhecimento no âmbito institucional e vontade interna para expandir seu envolvimento em políticas públicas.

Ficou evidente que a limitação observada não é fruto da falta de interesse do BRB, mas de imposições da Secretaria de Educação, órgão responsável pela coordenação central da política. Assim, a questão da pesquisa pode ser respondida da seguinte maneira: O Banco de Brasília participa da implementação da política do Educador Social Voluntário, principalmente de forma indireta, atuando como executor financeiro. Entretanto, existem condições e interesse para ampliar seu envolvimento, desde que exista abertura institucional e colaboração com as entidades responsáveis pela política.

Portanto, pode-se concluir que o BRB exerce uma função importante, embora limitada, na execução da política, configurando-se como um agente público com potencial subutilizado. A ampliação de sua atuação poderia beneficiar uma conexão mais eficiente entre a administração financeira e a administração social, reforçando a execução de políticas públicas no Distrito Federal.

Trago, por fim, um depoimento da educadora Kryssia Keller, que atua na Escola Classe (EC) 03 da Estrutural – DF, e que sintetiza o sentido humano da política: “As crianças precisam de nós. Na escola, a nossa presença é a referência que muitos têm. Mesmo com um valor simbólico pelo dia trabalhado, a nossa função é essencial. Elas contam com a gente todos os dias” (ASCOM/SEEDF, 2025).

REFERÊNCIAS

ALLEN, Franklin; GALE, Douglas. *Financial crises and risk*. ***Economic Journal***, v. 110, n. 460, p. 236-255, 2000. Disponível em: https://www.bu.edu/econ/files/2012/01/DD83jpe.pdf. Acesso em: 6 dez. 2025.

ASCOM/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Educação celebra Dia do Educador Social Voluntário com histórias de dedicação**. Secretaria de Estado de Educação do DF. 28 abr. 2025. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/educacao-celebra-dia-do-educador-social-voluntario-com-historias-de-dedicacao/. Acesso em: 6 dez. 2025.

BERMAN, Paul. *The Study of Macro and Micro Implementation*. ***Public Policy***, v. 26, n. 2, p. 157-184, 1978. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/papers/2008/P6071.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRUNNERMEIER, Markus K.; OEHMKE, Martin. *Bubbles, Financial Crises, and Systemic Risk*. ***NBER Working Paper*** N. 18398, Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, Sept. 2012. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w18398/w18398.pdf. Acesso em: 6 dez. 2025.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhradt. Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1498-1512, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/jfNJNmk4Cf7dnybYgTn7HYL/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 6 dez. 2025.

CARROLL, Archie. *The pyramid of corporate social responsibility*: *Toward the moral management of organizational stakeholders*. ***Business Horizons***, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/000768139190005G. Acesso em: 6 dez. 2025.

DIAMOND, Douglas; DYBVIG, Philip. *Bank runs, deposit insurance and liquidity*. ***Journal of Political Economy***, v. 91, n. 3, p. 401-719, 1983. Disponível em: https://www.bu.edu/econ/files/2012/01/DD83jpe.pdf. Acesso em: 6 dez. 2025

ELMORE, Richard F. *Backward Mapping: Implementation Research and Policy Decisions*. ***Political Science Quarterly***, v. 94, n. 4, p. 601-616, 1979. Disponível em: https://georgialend.weebly.com/uploads/1/1/8/4/11844781/backward_mapping.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Os Três Mundos do *Welfare Capitalism***. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

FAMA, Eugene. *Efficient capital markets: a review of theory and empirical work*. ***The Jornal of Finance***, v. 25, n. 2, p. 383-417, 1970. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2325486. Acesso em: 6 dez. 2025.

INSTITUTO VIDA BRASIL. **Relatório sobre voluntariado no Brasil**. 2023. Disponível em: https://institutovida.net.br/voluntariado/. Acesso em: 6 dez. 2025.

KING, Robert; LEVINE, Ross. *Finance and growth*: *Schumpeter might be right*. ***The Quartely Journal of Economics***, v. 108, n. 3, p. 717-737, 1993. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2118406. Acesso em: 6 dez. 2025.

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. *Corporate social responsibility: doing the most good for your company and your case*. ***Hoboken Wiley***, 2005 Disponível em: https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=3189881. Acesso em: 6 dez. 2025.

LEVINE, Ross. *Financial development and economic growth: views and agenda.* ***Journal of Economic Literature***, v. 35, n. 2, p. 688-726, 1997. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2729790. Acesso em: 6 dez. 2025.

LOTTA, Gabriela. **Implementação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4162. Acesso em: 6 dez. 2025.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O.S. *Financial lliteracy and retirement planning in the United States*. ***Journal of Pension Economics and Finance***, 10(4), 509-525, 2011. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w17108/w17108.pdf. Acesso em: 6 dez. 2025.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e Classe Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MAZMANIAN, Daniel A.; SABATIER, Paul A. ***Implementation and Public Policy***. Glenview: Scott Foresman, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MISHKIN, Frederic S. ***The economics of money, banking and financial markets***. 12. ed. Global edition. New York: Pearson, 2019.

PUTNAM, Robert D. ***Bowling alone****: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

SALAMON, Lester M; ANHEIER, Helmut K. *Civil society in comparative perspective*. *In*: SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. (ed.). *Global civil society: dimensions of the*

nonprofit sector. Baltimore: ***Johns Hopkins University Press***, 1999. p. 3–40. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261403623_Global_Civil_Society_Dimensions_of_the_Nonprofit_Sector. Acesso em: 6 dez. 2025.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 6 dez. 2025.

SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; OLLAIK, Leila Giadoni. Instrumentos governamentais reproduzem desigualdades nos processos de implementação de políticas públicas? *In*: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2019. Cap. 13. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/190527_livro_implementando_desigualdades_reproducao_de_desigualdades_Cap13.pdf. Acesso em: 6 dez. 2025.

WILKINSON, Richard. ***The impact of inequality****: how to make Sick societies healthier*. New York: The New Press, 2019.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres: Microcrédito e a Luta contra a Pobreza no Mundo**. São Paulo: Ática, 2000.

APÊNDICE A – INDICADORES DA CONTRIBUIÇÃO DO BRB NA POLÍTICA ESV

Tabela 2 – Indicadores para análise da contribuição do BRB na política de Educador Voluntário

Código	Item	Conceito	Indicadores
REG	Ist.	As instituições financeiras desempenham um papel essencial na economia, ajudando a equilibrar a oferta e a demanda por crédito, além de garantir que os recursos sejam direcionados de maneira eficiente	Regularidade dos pagamentos Eficiência nos repasses Controle e prestação de contas
INF-01	Imp.	A implementação é o momento em que as decisões políticas tomam forma e começam a ser colocadas em prática, influenciando diretamente a sociedade	Influência do banco na implementação da política Atores envolvidos
INF-02	Ins. Pol. Pub.	Instrumentos podem variar conforme o objetivo, a estrutura administrativa e o contexto político e têm impacto direto sobre os resultados da política	Como os instrumentos influenciam a implementação Agente primário (GDF) e agente pagador (BRB)
REG	Pol. Soc.	As políticas sociais são fundamentais para garantir o bem-estar da população, reduzir desigualdades e assegurar direitos básicos, como saúde, educação, moradia e assistência social	Desafios enfrentados pela entidade financeira nas políticas sociais
REG	Inst. Fin. Pub.	Quando entidades financeiras se envolvem diretamente na execução de políticas públicas, elas ajudam o Governo a colocar as políticas em prática com mais rapidez e organização	O que o banco contribui para políticas públicas Banco como parceiro do Governo
INF	Vol.	O voluntariado faz parte do chamado terceiro setor, formado por ONGs, associações e iniciativas civis que, ao lado do poder público, ampliam o alcance das políticas sociais e ajudam a suprir demandas que o Estado, sozinho, nem sempre consegue atender	Desafios que podem ser encontrados no voluntariado O que a entidade financeira pode oferecer além dos repasses
INF	Imp.	Implementação como uma simples etapa mecânica, sem considerar a complexidade envolvida no ato de transformar políticas em realidade	Dificuldades na prática do programa Banco sem poder de fala para o auxílio

Fonte: Elaborada pela autora.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Qual é o papel do BRB como agente pagador no contexto da política de Educador Social Voluntário? Como o BRB garante a transparência e a rastreabilidade dos repasses realizados?
2. Há espaço para aprimoramento nos fluxos de pagamento da política? O BRB possui autonomia para propor melhorias operacionais ou depende exclusivamente da gestão da Secretaria?
3. Existem entraves jurídicos que dificultam a atuação mais estratégica do BRB? O banco já identificou possíveis ajustes institucionais para ampliar seu papel na política?
4. É possível uma articulação direta entre o BRB e o Governo do Distrito Federal (GDF), sem a mediação da Secretaria?
5. Como se dá a comunicação entre o BRB e outros órgãos do GDF sobre a política? Já houve tentativas de estabelecer essa articulação direta?
6. O BRB teria condições de atuar diretamente na gestão ou execução da política, e não apenas como pagador?
7. Quais setores internos poderiam ser mobilizados para ampliar a atuação institucional do banco?
8. O banco já executou outras iniciativas sociais que serviriam de modelo para isso? A atuação do BRB como mero repassador de recursos limita seu potencial de impacto social na política?
9. Como a ausência de envolvimento direto afeta a avaliação de resultados da política?
10. O BRB sente falta de mecanismos para acompanhar os resultados sociais das ações que financia?
11. Os servidores do BRB percebem a atuação na política como parte de uma agenda maior de responsabilidade social?
12. Há mobilização interna em torno da importância do voluntariado e da política? Como essa pauta dialoga com os valores institucionais do banco?
13. O BRB já sugeriu, internamente, melhorias ou alternativas para execução da política de Educador Social Voluntário?
14. Há intenção de se desenvolver ações próprias que complementam ou fortaleçam a política? Como as experiências do banco em outras frentes sociais podem ser replicadas aqui?

15. Como o BRB, por meio da Superintendência de Projetos de Governo (SUGOV), define e organiza sua atuação como agente pagador em projetos do GDF, e quais são os critérios que influenciam essa estrutura de execução?

16. De que forma a atuação do BRB como agente primário contribui para a viabilização de políticas públicas e projetos estratégicos do GDF, especialmente em áreas como educação, mobilidade e inclusão social?

17. Quais são os principais desafios enfrentados pelo BRB na conciliação entre seu papel técnico-financeiro e as demandas sociais e políticas dos projetos governamentais em que atua?